

CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS



Acta da Reunião de 18 / 12 / 2013

Acta n.º 30 destinada a:



LD
#

ACTA N.º 30

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e treze na Sala de Sessões, Edifício dos Paços do Concelho desta cidade de Vendas Novas reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal tendo estado:

PRESIDENTE..... LUÍS CARLOS PITEIRA DIAS
VICE-PRESIDENTE ANA CARLA ARRANJA M. DE BARROS
VEREADORES JOSÉ MARIA RODRIGUES FIGUEIRA
JOÃO LUÍS TELHA DA SILVA
SILVIA LEONOR C. SEATRA DOS SANTOS
JOAQUIM MANUEL MARQUES B. SOEIRO
AUSENTE JORGE ANTÓNIO DA SILVA QUINTAS

A reunião foi secretariada pelo Chefe da DAF, Hélder Páscoa Fernandes.

ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO

Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião eram 15 H 05.

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a falta do Vereador Jorge Quintas, ausente por motivos de gozo de férias.

1. PONTO – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1.1 - Derrama a lançar, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) Doc. 131/13

Nos termos do n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, presente a proposta do Sr. Presidente sobre a derrama (1,5 %) a lançar no ano de 2014 sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e isentar as empresas durante três anos.

Tomou a palavra o **Presidente** fazendo o enquadramento da proposta.

Interveio o **Vereador José Figueira** referindo que a Câmara Municipal tem na sua posse iniciativas mais assertivas na captação de investimentos e de empresas, nomeadamente as



LD
#

isenções parciais de IMI e de IMT, de acordo com critérios definidos, designadamente a criação de postos de trabalho. Por outro lado, todos sabem que as empresas nos seus primeiros três anos, ou sobrevivem ou morrem, pois são os três anos críticos e dificilmente geram lucros nos referidos anos, logo está-se a falar de uma isenção que não terá repercussões práticas. Refere, ainda, esta proposta, quando se prevê um aumento de derrama no orçamento, razão pela qual irá votar contra. Tomou a palavra o **Presidente** informando que se está a manter o valor que vinha de trás e a lançar uma rede para tentar captar mais empresas, logo não se prevê impacto negativo no orçamento. Quanto aos outros incentivos, informa que os mesmos se manterão.

Interveio o **Vereador José Figueira** reafirmando que considera que esta isenção não tem efeitos, pois as empresas nos primeiros três anos não têm lucros e por isso, esta medida estar ou não neste documento, é indiferente.

O **Presidente** informa que o executivo é mais ambicioso, acreditando que estas iniciativas podem atrair, não só micro, mas pequenas e médias empresas, para as quais o tempo de maturação para o lucro é menor.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores José Figueira e Sílvia Santos, aprovar a proposta de fixação da derrama, submetendo a mesma à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

1.2 - Atualização da Tabela de Tarifas e Preços

Doc. 124/13

Presente proposta de atualização da Tabela de Tarifas e Preços, de acordo com a taxa de inflação prevista para 2014 (1 %).

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções dos Vereadores José Figueira e Sílvia Santos, aprovar a proposta.

1.3 - Proposta de Deliberação sobre Orçamentação e Gestão das Despesas com Pessoal e sobre a Alteração de Posicionamento Remuneratório dos Trabalhadores (Opção Gestionária), para o ano de 2014

Doc. 125/13

Presente proposta de Deliberação sobre Orçamentação e Gestão das Despesas com Pessoal e sobre a Alteração de Posicionamento Remuneratório dos Trabalhadores (Opção Gestionária), para o ano de 2014.

Tomou a palavra o **Presidente** apresentando o documento e referindo que é um sinal que se está a dar aos funcionários.



LD
#

Interveio o **Vereador José Figueira** informando que irá votar a favor deste ponto, por uma questão de princípio, pois sempre que esta matéria foi colocada assim o fizeram, considerando a opção gestonária um factor determinante, apesar do orçamento de estado não o permitir. Congratula-se com o fato do PS, em anteriores mandatos se abster ou votar contra, quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal, sabendo que no exercício de funções executivas, o entendimento é diferente.

A **Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de deliberação apresentada pelo Sr. Presidente, de acordo com o documento anexo.**

1.4 - Documentos Previsionais para 2014

Doc. 126/13

Presente os documentos previsionais para 2014, conforme documentos em anexo.

- Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividade Municipal)

Tomou a palavra o **Presidente** fazendo o enquadramento dos documentos, começando por referir que a situação internacional apresenta uma indicação ainda pouco certa de recuperação dos mercados e das economias internacionais e que, no que diz respeito à situação nacional, o País ainda se encontra sob a assistência financeira da *Troika*, com medidas para 2014 pouca amigas da economia e das autarquias, com um OE que acaba por agravar a situação e ao qual importa adaptar a estratégia e as opções locais. Verifica-se um aumento das dificuldades, com a entrada em vigor da lei 75/2013, que transfere competências dos Municípios para as Freguesias, sem que estas consigam assumi-las. No que se refere aos aspectos político, refere que a mudança com as eleições de 29 de Setembro, exige, igualmente, uma mudança de postura relativamente às opções do passado, tendo-se mantido o que era bem feito e introduzidas correcções no que o executivo considerava errado para o desenvolvimento do Concelho. Promoveu-se o Orçamento + Participado, apesar da proximidade das eleições autárquicas, em que o executivo teve oportunidade de ouvir as pessoas, numa nova oportunidade de as populações e os partidos da oposição se pronunciarem. O executivo encontra-se vinculado a um empréstimo de Saneamento Financeiro que lhe permitirá pagar as dívidas mais antigas e limpar alguns projectos antigos da proposta, mas que vinculará e condicionará a Câmara Municipal nos próximos 12 anos. Assim, não se tendo recorrido ao PAEL, considera o Saneamento Financeiro um mal menor. Quanto às



LD
#

prioridades, considerou-se que após estas ações, deveriam ser definidos 3 eixos prioritários de atuação da Câmara Municipal para os próximos anos, tendo em conta as prioridades e orientação dos 2 partidos que fazem parte do executivo, nomeadamente nas políticas sociais e de proximidade, com que deveria ser assumido o apoio às pessoas como grande prioridade, o desenvolvimento Económico e Planeamento Municipal, bem como a Modernização e Sustentabilidade Municipal. Refere que há uma tentativa de reversão financeira com o pagamento de dívidas e contenção nas despesas, tendo havido a necessidade de revisão de projectos, investimentos e prioridades. Tem consciência de que este é um exercício inicial de 4 anos de mandato, no entanto é apresentado um orçamento total mais baixo e realista de cerca de 10 milhões, com um orçamento real de cerca de 8,5 milhões. Reconhece-se a necessidade de realizar uma revisão no início do ano, pois é assumido o empolamento consciente para incluir despesas a pagar em anos futuros e por causa do recurso ao saneamento financeiro. Este orçamento está organizado em função das opções políticas assumidas, da ambição possível para o Concelho em 2014 e da execução do exercício anterior até ao momento. Estes documentos reflectem uma estratégia política definida, mas que está condicionada, face à execução anterior. Face à estratégia definida, verifica-se um aumento dos valores das GOP nas Funções Sociais, que representam cerca de 43% do total previsto, sem valores transitados, num total de cerca de 655 mil euros, face aos 524 mil de 2013 e também, face aos compromissos assumidos, verifica-se um aumento dos valores das GOP nas outras funções, que representam cerca de 30% do total previsto, sem valores transitados, num total de cerca de 467 mil euros, face aos 346 mil de 2013. Este valor deve-se ao pagamento dos juros do saneamento financeiro a que o executivo está vinculado. Fazendo uma análise comparativa, refere que o PPI passa de 3 milhões e 160 mil euros, em 2013, para 1 milhão e 118 mil euros, tratando-se de 48% das GOP, já o PAM, passa de 1 milhão e 590 mil euros em 2013, para 1 milhão e 170 mil euros representando 52% das GOP.

Interveio o **Vereador José Figueira** referindo que a CDU – PCP/PEV, enquanto segunda força política representada no executivo municipal, tem a obrigação e o dever de fazer uma análise e uma reflexão sobre os documentos que são presentes nesta reunião de Câmara sobre as GOPs 2014-2017, o PPI, o PAM e o Orçamento. De seguida refere que importa, antes de relevar de forma mais particular, os documentos que são presentes, no que respeita às GOPs 2014-2017 – PPI e PAM (2014) com respectivo Orçamento (2014) para o próximo ano, evidenciar alguns aspectos sobre tais documentos, que pretendem ter, uma visão estratégica de médio e longo prazo,



LR
#

segundo o executivo municipal que lidera a Câmara Municipal. Refere que um executivo municipal assente numa aliança “pré-eleitoral” entre PS e PSD, não sufragada pela população no passado dia 29 de Setembro, os ditos “partidos do arco da governação” que há mais de 3 décadas têm estado na “governação”, à frente dos destinos do País, levando o mesmo ao desastre económico e ao empobrecimento das famílias, dos trabalhadores, dos reformados e pensionistas, atirando para o desemprego mais de um milhão de trabalhadores e mandando para a emigração forçada mais de 10 mil jovens/por mês. A par desta grave crise económica e social, importa denunciar o facto, que contrariamente ao que é afirmado na introdução e no enquadramento do documento que procura “branquear” as políticas governativas quer do PS, quer do PSD com ou sem CDS, esta ofensiva neoliberal, com a presença da “troika”, não teve início, tal como é referido no documento das GOPs, com o eclodir da crise económica financeira e especulativa a nível internacional que ocorreu em 2008, mas antes com toda uma política interna, de âmbito exclusivamente nacional, que foi sendo implementada, com as opções políticas assumidas, desde os finais de 2005 até ao presente momento, quer pelos Governos do PS, de José Sócrates, quer com o actual Governo do PSD/CDS-PP, de Passos Coelho/Paulo Portas, forças políticas que assinaram e implementaram o “memorando” com o FMI/BCE/UE. Esta ofensiva alargou-se, igualmente, a outros sectores de atividade, atingindo as micro, pequenas e médias empresas, os serviços públicos de proximidade, com tentativas de encerramento dos mesmos, como por exemplo Saúde e Repartição de Finanças, no caso de Vendas Novas, ataques aos direitos dos trabalhadores da administração pública, bem como ao Poder Local Democrático. No quadro do “Poder Local”, importa denunciar tal ofensiva, com o congelamento das transferências do OE conforme determina a LFL, em 2006 e 2007 com o Governo PS, a nova Lei das Finanças Locais 2/2007 com imposição de Plafond de transferências não superior a 5% em 2008 e 2009 com o Governo PS, os PECs I, II e III em 2010 e 2011 com o Governo PS, o Memorando com a “Troika” em 2011 com o Governo PS com o Apoio de PSD/CDS-PP, a execução do Memorando da “Troika” em 2011, 2012, 2013 e 2014 com o Governo PSD/CDS-PP, os OE 2010 e 2011 com o Governo PS, os OE 2012 a 2014 com o Governo PSD-CDS-PP, o Documento Verde para a Reforma da Administração Local com o Governo PSD-CDS-PP, o PREMAC com o Governo PSD-CDS-PP, a LCPA com o Governo PSD-CDS-PP e muita outra legislação contra o Poder Local Democrático, da responsabilidade dos Governos PS e PSD/CDS-PP. Uma nova Lei das Finanças Locais a entrar em vigor em 1 de Janeiro de 2014 do Governo PSD-CDS-PP. Ou, seja,



LD
#

mais de 1.500 milhões de Euros foram retirados às autarquias locais, com tais medidas, segundo a ANMP. Estima-se, que neste quadro, o Município de Vendas Novas, tenha sido espoliado de mais de 6,5 milhões de euros, pois com a Lei 2/2007 passou de 30,5% das Receitas da Media Ponderada do IVA+IRS+IRC para 25,3% e agora a nova lei, que entra em vigor em Janeiro 2014, passa de 25,3% para 19,5% da referida média. Por isso, entende que não podem aceitar os argumentos apresentados no enquadramento, na medida em que contrariamente ao que é dito, estão enfermos de preconceitos ideológicos de um anticomunismo primário só de quem na verdade não tem capacidade intelectual para reconhecer o trabalho de desenvolvimento económico e social afirmado e alcançado nos 37 anos em que a CDU – PCP-PEV e muitos homens e mulheres independentes estiveram à frente dos diferentes órgãos autárquicos do Município e das Freguesias do nosso Concelho. Acrescenta que poderiam, dar vários exemplos, mesmo neste quadro de constrangimentos impostos, em como não corresponde à verdade o que é dito na referida introdução e enquadramento das GOPs, na área do Desenvolvimento Económico, na atracção de investimento e de empresas, no Desporto e nos Espaços Verdes, de entre outras áreas. Quanto às GOPs – PPI e PAM, há uma grande incongruência do discurso e nas propostas na campanha eleitoral e as propostas agora inseridas nas GOPs, basta ver o programa eleitoral de ambos os partidos para verificar esta situação de que prometer é fácil, mas concretizar é muito mais difícil, pois mais de 80% das promessas eleitorais, tanto do PS como do PSD, não têm repercussão das GOPs para 2014-2020. Grandes Números e Opções de Projectos e Actividades, um Orçamento de mais 10 milhões de euros, onde mais de 8 milhões estão alocados directamente ao orçamento. Constatase que nas Receitas, pese embora a redução do IMI (dos prédios avaliados) de 0,01%, que a receita do IMI aumenta em 2014 mais 16% da estimada no orçamento para 2013. Na Derrama, pese embora estar aí uma proposta de isenção, para as empresas que venham a sediar-se em Vendas Novas e a criar postos de trabalho, há um aumento de mais 11,5% do que estava no orçamento de 2013, nas tarifas de Saneamento, o aumento das receitas atinge mais 27% do que estava no orçamento de 2013, nas Rendas de terrenos, o valor aumenta mais 9,6%, do que estava no orçamento de 2013, nos serviços de Desporto, as receitas têm um aumento de 28%, do que estava no orçamento de 2013, nas rendas dos edifícios há uma quebra de receitas de 14,4% do que estava no orçamento de 2013, não sabendo se isto tem a ver com a questão da Repartição de Finanças de Vendas Novas, por o actual Presidente da CM já ter feito a proposta de abdicação da renda. Nas Despesas, no que respeita aos custos com Pessoal, seria bom que



LD
#

houvesse uma explicação, já que o peso desses custos, nas despesas totais do Município, no Orçamento de mais de 10 milhões de euros, é de 36,1%, quando no orçamento de 2013 eram de 29,1%, sejam aumentam mais 7%. No entanto, constata-se que, em termos nominais, a Câmara propõe-se ter custos inferiores em 100 mil euros do que teve em 2013, mas se analisarmos melhor verificamos que a poupança devia ser maior, porque os custos com pessoal em funções desce: 10 mil euros na DAF; 100 mil euros na DT; 20 mil euros na DAUA, ou seja menos 130 mil euros. Os custos com pessoal em funções cresce: 10 mil euros na Divisão de Educação, Desporto, Social e Cultura; nos órgãos da autarquia mais 19 mil euros, dos quais 5 mil euros em contratos a termo, ou seja 29 mil euros de aumento. No que respeita às Horas Extraordinárias há um corte de cerca 50%, - 70 mil euros, ou seja, as despesas com pessoal efectivas têm uma descida de 200 mil euros, nestas rubricas e um aumento de cerca de 30 mil euros. Logo a poupança não devia de ser tão só de 100 mil euros nos encargos com pessoal, mas sim 170 mil euros. Seria bom que explicassem para onde foram os outros 70 mil euros?

Quanto ao PPI com o valor de 1.118.210 euros, o valor que traduz abandono de qualquer projecto físico de pequena (média) dimensão e mesmo pelos valores inscritos, as chamadas obras de proximidade, feitas por administração directa e de manutenção de edifícios e equipamentos públicos municipais estão em perigo. Basta olhar para um conjunto de indicadores para vermos que se irá correr o risco de ter o parque de máquinas parado e a capacidade operacional e técnica dos trabalhadores inaproveitável. Isto mesmo é afirmado pela maioria nas opções que toma. Senão vejamos: as Funções Gerais pesam 14,9% dos investimentos contra cerca 7,5% de 2013, as Funções Sociais pesam 20,6% dos investimentos contra cerca 40% de 2013 e as Funções Económicas, Parque de Feiras e Mercados, pesam 64,5% contra cerca de 53% de 2013. No que respeita ao PAM, com o valor de 1.163.310 euros; constata-se que muitos dos projectos apresentados procuraram “travestir” projectos já existentes, dando-lhe outra denominação, sendo de destacar o abandono, pela negativa, na parte cultural, da Internacional de Artes Plásticas que é a exposição mais importante da região e de reconhecimento além fronteiras, sendo pela sua anualidade a única exposição do género que se faz no País, o abandono das Festas da Cidade, do apoio às Comemorações do Dia Internacional do Trabalhador – 1º de Maio, do assinalar do Dia Internacional da Mulher, da “Semana da Juventude”, do Programa de Apoio a Recuperação de Casas Degradadas de Famílias Carenciadas, dos Jogos Desportivos de Vendas Novas, da premeditada não abertura até ao final do ano corrente das inscrições para as Bolsas de Estudo, do



LD
#

abandono do passeio e do almoço dos reformados, do abandono do cinema regular, do abandono do projecto de teatro, impondo que os jovens se constituam numa Associação, do abandono do Festival de Gastronomia, Produtos Locais e Artesanato. Por outro lado, “novos projectos” que são apresentados com o “sinal +” ou como sendo “novos impulsos”, pelas verbas irrisórias que lhe estão atribuídas, mais não passam do que ações de “publicidade”, pois, por exemplo, atrair investimentos e captação de investidores, com 500 euros, ou avançar com a certificação das “Bifanas”, algo extremamente complexo e moroso, com a mesma dotação, mais não é do que atirar “areia para os olhos”, a par de outras iniciativas que “são um autêntico coelho a sair da cartola”. De seguida questiona se os 11.000 euros para Manuais Escolares são uma comparticipação ou oferta total, se são para todos os alunos do 1º Ciclo e como é que isto se articula com os escalões A e B da Acção Social Escolar, se é a acrescer, ou se já estão incluídos nos valores da Acção Social Escolar? De seguida afirma, relativamente aos 5.000 euros de apoio a medicamentos a idosos carenciados que se pode dizer, tal como para a diminuição do IMI que “a montanha pariu um rato”, e que o mesmo é feito à custa do passeio e almoço dos reformados. Afirma, ainda, que irão, igualmente, estar atentos ao modelo e à selecção dos jovens para estágios profissionais, onde a CM se propõe investir cerca de 22 mil euros. Ou seja, mais do que a soma dos manuais escolares, dos medicamentos de apoio às famílias e aos idosos e do natal solidário, que somam 21 mil euros. Olhando para os grandes números do PAM, diz verificar que as Funções Gerais pesam 8,8% das actividades contra mais de 9% de 2013, que as Funções Sociais pesam 46,17% das actividades contra 46,39% de 2013, as Funções Económicas (Parque de Feiras e Mercados) pesam 3,1% contra cerca de 17,20% de 2013 e as Outras Funções pesam 41,9% contra 27,09 % de 2013. Quanto ao Orçamento para 2014, na parte descritiva das GOPs, referente à justificação do Orçamento para 2014, procura-se escamotear e até minorizar, o Plano de Consolidação Orçamental e o Saneamento Financeiro que o anterior executivo apresentou ao Tribunal de Contas, no âmbito da Lei das Finanças Locais, e não do PAEL como pretendia o actual executivo, que sempre votou contra tal iniciativa, salvaguardando-se a autonomia política, administrativa e financeira do Município, sem “peias” nem “garrotes” de controlo financeiro e político do Governo e/ou das entidades fiscalizadoras, mas que o PS e PSD tanto na Câmara Municipal como na Assembleia Municipal, em Maio, votaram contra, já que o único indicador que não estava a ser cumprido, até 22 de Outubro de 2013, era o do prazo médio de pagamentos, que, mesmo assim, se reduziu em 100 dias no ultimo ano, 2012/2013, tendo-se liquidado, a par



LE
#

dos acordos que permitiram libertar, por cedência de créditos, em acordos aprovados por unanimidade na Câmara Municipal, verbas aos fornecedores locais e outros, que envolveram mais de 1,4 milhões de euros por, em termos efectivos mais de 1 milhão de euros, a que se veio juntar mais de 380 mil, euros, em face do atraso do visto ao empréstimo bancário por parte do Tribunal de Contas, de forma a diluir num tempo de 12 anos aquilo que o Município estava obrigado a pagar à AGdA, em 5 anos pela LCPA. Assim, há 12 anos para se pagar 2 milhões de euros, tendo a amortização de capital 1 ano de carência, tendo o Município que assumir, face à aprovação do TC em Dezembro, de tal saneamento/empréstimo, na elaboração deste Orçamento, os requisitos que estão inscritos no Plano de Consolidação Orçamental. Por outro lado, gostaríamos de alertar que um dos elementos essenciais da Lei 47/2008, que estabelece as regras do saneamento, consiste em não se poder aumentar a despesa corrente na aquisição de bens e serviços em valor superior ao definido no Orçamento de Estado. Analisando os valores propostos no orçamento verifica-se que a rubrica 02, com um montante de 2,806 milhões de euros ultrapassa em 9,5% o teto definido no Plano. Assim, questiona se este acréscimo resulta de facturas por pagar do Plano que não foi possível satisfazer em 2013, ou se correspondem a acréscimo de despesa para além do previsto. Afirma que o plano não inscreve em 2014, valor do empréstimo por receber, nem a amortização de juros, pelo que se pode estar perante uma violação das regras orçamentais. Destaca, ainda, a promessa abandonada de devolver às famílias parte do IRS, sendo mais uma promessa não cumprida que não se pode esconder no “Plano de Consolidação Orçamental e no Saneamento”, como se procura fazer no ponto específico sobre essa matéria, já que tanto o PS como o PSD, embora tendo votado contra tal “plano”, a ele estão vinculados, agora no exercício da gestão municipal, e dele irão beneficiar, não podendo dizer que não sabiam. Acrescenta que, inclusive, é neste quadro que denunciam a afirmação gratuita e demagógica e sem fundamento, a não ser da continuada calúnia “eleitoral”, de que o anterior executivo desenvolveu uma “gestão danosa”. Pois, contrariamente ao que é afirmado pelo executivo nas GOPs, os dados oficiais da DGAL, relativos ao 3º trimestre deste ano comparando com o 2.º trimestre revelam que as margens de endividamentos de Curto Prazo mantêm-se nos mesmos valores 530.589,24€, já o endividamento Líquido aumentou a sua margem em mais de 660 mil euros, mais 55%, e o Endividamento de Médio e Longo Prazo aumentou a sua margem em mais de 426 mil euros, 16%. Ou seja, todos os rácios melhoraram no último trimestre. Mas ainda, voltando à afirmação no documento das GOPs sobre a “gestão danosa” do anterior executivo, caberá questionar se o TC



LD
#

aprovava o Plano de Consolidação Orçamental e o Saneamento Financeiro, de que o empréstimo do BES faz parte, se a CM não cumprisse com todos os requisitos legais e estivesse acusada dessa dita “gestão danosa”? Obviamente que não! Só no “pensamento” de alguns, tal coisa poderia passar pela sua “cabeça”. Por fim, refere, que nada é referido sobre a evolução da situação inspectiva da IGF/ex-IGAL à Câmara Municipal, em particular no que respeita aos 33 contratos de trabalho, cuja decisão recente do Tribunal de Contas, enviada à Câmara Municipal, mas que esta não mandou para a vereação nem para o Presidente da AM, vai no sentido de confirmar a tese defendida pelo anterior executivo e pelo seu Presidente, de que não foi cometida nenhuma ilegalidade, já que a sua decisão estava sustentada em informações dadas pela ANMP em sede de Conselho Geral e por declarações de um governante na Assembleia da República no âmbito da discussão do OE de 2010.

Tomou a palavra o **Presidente** afirmando que na sua intervenção falou do aumento assumido, derivado dos juros, que iria pagar com o Saneamento Financeiro. Refere que a introdução das GOP's está feita de forma correta, pois tentaram perceber, nos vários planos, Internacional, Nacional e Local, os vários constrangimentos que existem, afirmando que o executivo não tentou branquear políticas governamentais. Quando se fala dos PEC's, refere que esses documentos são obrigatórios para todos os Estados Membros da União Europeia, que têm que prever todas as consequências da situação actual. Quando de fala do orçamento de Estado 2014, das perdas para as autarquias e, reconhecendo que as autarquias deveriam ter recebido mais dinheiro, também sabemos quanto se vai receber e em vez de assobiar para o ar, temos que adaptar a estratégia, as prioridades e adaptar também as despesas às receitas. Sobre a referência ao “anti-comunismo primário”, considera que não é mais do que uma “ideia básica anticapitalista”, e nós entendemos que temos que ter a mente mais aberta e perceber que a culpa não é só da conjuntura mas também das nossas opções. Afirma que, efectivamente, houve gestão danosa que levou à catapulta da dívida nos últimos anos. Quando é criticada a ausência de festas, afirma que cada um define as suas opções e este executivo prefere fazer aquilo que vale a pena. Prefere congregar as festas, honrando todas as datas que são de honrar, considerando que é melhor realizar uma boa festa do que 5 festas ruins. Por exemplo, o dia da mulher encontra-se inscrito com outro nome e com uma dotação de 500 €. Quanto ao encenador de teatro, afirma que não foi imposto nenhuma obrigação de criação de uma Associação. Relativamente aos manuais escolares, o valor é de fato a crescer à Ação Social Escolar. Quanto aos 5.000 € para medicamentos, informa que gostariam de prever os



LO
#

45.000 €, mas isso não é possível, tendo em conta os constrangimentos que existem. Informa que o Passeio dos Reformados não irá acabar, apenas se irá realizar no modelo que o executivo entender mais adequado. A diminuição do valor das funções económicas, tem a ver com a conclusão do Promoinvest. Relativamente ao IRS, refere que, de facto, isso tem a ver com as opções políticas e, efectivamente, em 2014 não poderá ser feito tudo o que se queria, no entanto o executivo tem mais 3 anos para o fazer. A verdade é que a resposta aos programas políticos foi dada no dia 29 de setembro, com a escolha pelos vendasnovenses de um plano a 12 anos proposto pelo PS.

Interveio o **Vereador Joaquim Soeiro** afirmando que estranha que o Vereador José Figueira dê os parabéns à qualidade técnica dos documentos e depois diga o que diz, acusando o executivo até de ser “anti-comunista”, mas se ser anti-comunista é não acreditar em quem diz que vende 2 milhões de euros de terrenos, ou em quem faz um orçamento de quase 13 milhões de euros, informa que o é. Refere que o Vereador José Figueira é que se encontra aqui transvertido de outra coisa, pois não se poderá esquecer que foi Presidente até 29 de setembro.

Tomou a palavra o **Vereador João Silva** aproveitando a deixa do Vereador Joaquim Soeiro sobre a questão do “anti-comunista primário”, referindo que quando o Vereador José Figueira fala da incapacidade de reconhecer o trabalho da CDU, de facto a maior parte dos vendasnovenses não reconheceu esse trabalho. Acrescenta que o Vereador esquece que houve crescimento demográfico e económico no país até 2010, pois parece que a gestão financeira era ótima em Vendas Novas, sem ser apoiada em empréstimos e demagogias. Destaca que, mais uma vez o Vereador culpa as políticas nacionais, pois diz que foi pelas mesmas que as autarquias estão condicionadas a não poder baixar as taxas de IRS, afirmando que isso não é verdade pois houve muitas câmaras que baixam o IRS, dentro das folgas financeiras que tinham. Informa que é essa a intenção deste executivo, dentro de uma política de rigor, poder vir a fazê-lo quando for viável. Gostaria que o Vereador esclarecesse quais são as propostas do programa eleitoral, que não estão expressas nas GOP's, tendo em conta que no orçamento constam 4.000 € para cinema para 2014 que é superior ao executado em 2013, como é que se vai acabar com o cinema. Quanto ao teatro, refere que, de facto se vai promover o associativismo, pois o executivo entende que no amadorismo não pode haver uns amadores e outros pagos pela autarquia. Informa que não será retirado o apoio ao teatro, mas este será adaptado ao que o executivo entender ser adequado.



LD
#

Interveio o **Vereador José Figueira** afirmando que a legitimidade política não é posta em causa, mas que compete à oposição manifestar a sua opinião. Quanto às questões técnicas, disse que iria falar nas questões concretas, o que fez relativamente a aspetos concretos. Afirma que não lhe compete fazer a análise comparativa entre as GOP's e os programas eleitorais, mas, acrescenta que nos documentos não consta mais de 80 % do que foi prometido.

Quanto ao papel da oposição, o **Presidente** afirma que não é só criticar, mas também é apresentar alternativas, de facto quando tanto se criticou, no passado, o PS e o PSD de não o fazer, a CDU também não apresentou qualquer proposta este ano. Acrescenta que se se verificarem erros nos documentos, os mesmos serão corrigidos. Refere que o Vereador José Figueira, sendo vereador, tem legitimidade para criticar, mas não se pode esquecer que foi Presidente até há dois meses e que o presente executivo apenas tomou posse há dois meses, considerando que o Vereador deveria ter isso em atenção nas suas intervenções e deveria louvar este esforço da actual gestão. Reconhecemos que este exercício, não é o óptimo mas sim o possível, sendo um esforço realizado pelo executivo para alavancar a economia local com a sua capacidade de acção, reconhecendo os cortes que tiveram de fazer e que tiveram de priorizar as suas opções de forma a apresentar um orçamento realista. Informa que os apoios ao associativismo estão elencados, mas foram feitos cortes em áreas em que tal foi necessário.

Interveio o **Vereador Joaquim Soeiro** informando o Vereador José Figueira que “sem ovos não se fazem omeletes” e essa era uma frase pré-eleitoral, referindo que este executivo elaborou estes documentos no curto espaço de tempo que teve, com a pouca experiência que tem e com o apoio dos serviços, afirmando que para o ano será melhor, no entanto, este ano não houve “ovos” para mais. Afirma que o Vereador José Figueira não soube gerir durante o tempo que esteve no executivo, acrescentando que não é anticomunista primário, no entanto afirma ser contra a gestão comunista que o anterior executivo fez.

Interveio o **Vereador José Figueira** afirmando que não está a fazer ofensa pessoal e sim a fazer política. Refere que no segundo parágrafo do enquadramento estratégico diz que “Enquadram os projectos e acções apresentados um conjunto de (pré) conceitos políticos e económicos que se sobreporão em grande medida aos considerandos ideológicos” e mais adiante acusa o PCP e o BE de tacanhez política, por isso, considera que, se alguém faz calúnias de ordem ideológica são os restantes Vereadores. Acrescenta que nunca utilizou expressões depreciativas e nunca tratou os



LD
#

vereadores por “gaiatos” e espera que isso fique claro. Refere, ainda, que a candidatura de modernização, foi deixada pelo anterior executivo, já assinada.

Interveio o **Presidente** referindo que não se pode dizer que na elaboração dos documentos há preconceitos políticos, afirmando ainda que o executivo os não tem.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores José Figueira e Sílvia Santos, aprovar as Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividade Municipal), submetendo o documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

- Orçamento 2014 (incluindo atualização de Tabela de Taxas Administrativas e Tabela de Taxas Urbanísticas)

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores José Figueira e Sílvia Santos, aprovar o Orçamento para 2014 (incluindo a actualização da Tabela de Taxas Administrativas e da Tabela de Taxas Urbanísticas), submetendo o documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

O **Vereador José Figueira** apresenta, em nome dos Vereadores da CDU a seguinte declaração de voto: “As GOP’s, PPI e PAM para 2014, constituem, contrariamente, ao anunciado na introdução e enquadramento, bem como em sede de promessas de Campanha Eleitoral por parte do PS e do PSD, um documento com ausência de uma verdadeira estratégia de desenvolvimento sustentado que devia estar fundada em opções de médio e longo prazo que procurasse, efectivamente:

- Consolidar, atrair investimentos, diversificar e dinamizar a “Cidade Empresarial” como fatores geradores de riqueza e emprego;
- Melhorar a qualidade de vida das populações, com uma efetiva preocupação com atractividade e qualificação urbana;
- Assegurar uma preocupação efetiva com as populações, as famílias e as pessoas mais vulneráveis em particular os desempregados e os idosos para assim enraizar Vendas Novas no modelo de territórios sustentáveis;
- Reforçar a capacidade institucional e a efetiva modernização do Município, a defesa dos serviços públicos de proximidade, alargando-se a cooperação intermunicipal e inter-regional no âmbito dos diferentes fóruns em que a Câmara Municipal participa.



LD
#

- Estamos perante um documento, que não corresponde aos desafios que o Município tem pela frente, nem se apronta a apresentar uma estratégia que assegure no futuro a captação de investimentos, empresas (inclusive a Derrama tem previsto um aumento da receita comparativamente com as estimativas feitas para 2013...) para além de não se vislumbrar qualquer iniciativas de projectos futuros no âmbito do “próximo quadro de programação de fundos comunitários”, ou seja a tanta “propalada Inovação... Modernidade... Empreendedorismo”, mais não é do que “arrazoado de palavras vazias e cheias de nada...”;

- Por fim, estamos perante um documento, no que respeita ao Orçamento que não só não cumpre com o Plano de Consolidação Orçamental e Saneamento Financeiro entregue ao TC, conforme está obrigado, assim como não inscreve no próprio orçamento de forma evidente, no “Mapa dos Encargos Anuais a satisfazer com a liquidação de empréstimos” o empréstimo de 2 milhões de euros já contraído em dezembro de 2013 e cujos juros se vencem, no 1.º ano (2014) de carência de capital. Correndo-se o risco (que aqui denunciamos) de o visto do TC ser negativo e poder perder-se os apoios financeiros alcançados.

Face ao exposto, os Vereadores da CDU votaram contra a Proposta de GOP’s, PPI, PAM e Orçamento para 2014”

1.5 - Mapa de Pessoal para 2014

Doc. 127/13

Presente o Mapa de Pessoal para 2014, conforme documento anexo.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Mapa de Pessoal para 2014 submetendo o documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

1.6 - Proposta de Autorização Prévia, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso

Doc. 128/13

Presente proposta de Autorização Prévia para assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso para o ano de 2014.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores José Figueira e Sílvia Santos, aprovar a proposta submetendo a mesma à apreciação e votação da Assembleia Municipal.



LD
#

1.7 - Relação dos Compromissos Plurianuais assumidos no ano de 2013, no âmbito da deliberação da Assembleia Municipal de 27 de dezembro de 2012 Doc. 129/13

Presente Relação dos Compromissos Plurianuais assumidos no ano 2013, no âmbito da deliberação da Assembleia Municipal de 27 de dezembro de 2012.

A Câmara Municipal tomou conhecimento, enviando o mesmo para conhecimento à Assembleia Municipal.

1.8 - Fixação da Participação variável do Município no IRS dos Sujeitos Passivos com Domicílio Fiscal na Respetiva Circunscrição Territorial Doc. 130/13

Presente Proposta de Fixação da Participação variável do Município no IRS dos Sujeitos Passivos com Domicílio Fiscal na Respetiva Circunscrição Territorial (5%), conforme documento anexo.

Tomou a palavra o **Presidente** informando que face à situação financeira, o executivo não consegue baixar esta proposta e como tal mantém a mesma taxa.

Interveio o **Vereador José Figueira** apresentando a seguinte tomada de posição: “Os Vereadores da CDU irão votar contra, tendo em conta os considerandos dos pontos 4 e 5 da presente proposta”.

Tomou a palavra o **Presidente** afirmando que é necessário um grande deslante para votar contra uma proposta igual à apresentada pela CDU, enquanto esteve no executivo.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores José Figueira e Sílvia Santos, aprovar a proposta de fixar em 5 % a participação variável do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, submetendo a mesma à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

2. PONTO – Período de Intervenção Aberto ao Público

Não houve intervenções do público.



CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA

Para que as deliberações possam ter efeitos imediatos, foi elaborada uma minuta, que depois de lida e posta à colocada, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, **foi aprovada, por unanimidade.**

FORMA DE VOTAÇÃO

Todas as deliberações tomadas na presente reunião foram objecto de votação nominal.

CONCLUSÃO DA ACTA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal encerrada a reunião eram 16 H 40 sendo a presente acta assinada pelo Sr. Presidente, Luís Carlos Piteira Dias e por mim, Hélder Páscoa Fernandes, na qualidade de Chefe da DAF, que a redigi e lavrei.

Os documentos identificados na presente acta são arquivados no maço de documentos respeitantes ao ano de 2013.

O Presidente da Câmara Municipal

O Chefe da DAF

Vendas Novas, 18 de dezembro de 2013



CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Aprovada, por unânime, na reunião realizada em 19/03/2014.

exce a abstenção do Vereador Paulo Caçoilas, que vindo de fora não participou no referido reunião

O Presidente

L. L. P. T. R.

Os Vereadores

Ana Carla Arranja M. de Barros

A. C. A. M. de Barros

José Maria Rodrigues Figueira

J. M. R. Figueira

Paulo Alexandre Valentim Caçoilas

Paulo Alexandre Valentim Caçoilas

João Luís Telha da Silva

J. L. T. da Silva

Sílvia Leonor C. Seatra dos Santos

Silvia Leonor Carfeneas Seatra Santos

Joaquim Manuel Marques B. Soeiro

J. M. M. B. Soeiro